

CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA
CURSO DE BACHARELADO EM HISTORIA

O "RONCO DA ABELHA" um tentati
va de interpretação histórica.
JANUNCIO BALDUINO DINIZ

CAMPINA GRANDE - Pb

- 1983 -

CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA
CURSO DE BACHARELADO EM HISTÓRIA

Monografia que apresenta a banca exa
minadora composta pelas professoras
MARLY VIANNA (orientadora), GENNY DA
COSTA E SILVA (coordenadora) e JOSE
FA GOMES (membro) indicadas pela co
missão coordenadora de trabalhos mo
nográficos do curso de BACHARELADO
EM HISTÓRIA.

CAMPINA GRANDE - Pb

- 1983 -



Biblioteca Setorial do CDSA. Dezembro de 2022.

Sumé - PB

SUMÁRIO

I - INTRODUÇÃO

II - ANÁLISE

01 - MOVIMENTOS SOCIAIS

02 - O SÉCULO XIX

03 - O "RONCO DA ABELHA"

III - CONCLUSÃO

IV - BIBLIOGRAFIA

I- INTRODUÇÃO

A escolha desse tema "O Ronco da Abelha" se deu devido a necessidade de contribuir para uma melhor divulgação de um tema tão obscuro em nossa história.

A falta de fontes para uma pesquisa mais aprofundada, constituindo-se num fator de limitações desse trabalho.

O "Ronco da Abelha" foi um movimento importante, porque na época mostrava a resistência de um povo, a um decreto governamental, chegando posteriormente a derrubá-lo.

Para melhor aprofundamento do tema, foi necessário o análise geral sobre a situação política e sócio-econômica do século XIX. Fazendo-se necessário a exposição de tabelas para melhor entendimento dos acontecimentos da época.

Tornando-se necessário uma análise sobre o município de Campina Grande, uma vez que ele se constituiu numa zona de sublevação muito importante, aqui tivemos o movimento como o Quebra Quilos, Rasga Vale, e mais recentemente os Borboletas Azuis que se constituiu num movimento messiânico.

II - ANÁLISE

01 - MOVIMENTOS SOCIAIS

Começamos por definir o que se entende por movimento social. É um movimento onde há um considerável número de pessoas, pertencente a uma ou várias classes e/ou segmentos da sociedade, visando determinadas reivindicações. Essas reivindicações podem ser de um determinado grupo ou ter um caráter de amplitude regional ou nacional. Esses movimentos têm como objetivo atingir fins específicos, localizados e imediatos, tais como: oposição a uma lei, a impostos considerados extorsivos, à alta de preços, ou ter um caráter revolucionário visando transformar a estrutura social. Esses movimentos podem ser (foram na história do Brasil) - tipificados como movimentos: de santidades, nativistas, messiânicos, dos escravos, pela independência - federalistas - movimentos populares espontâneos ou movimentos revolucionários de classe.

"O movimento que nos propomos estudar pode ser considerado um movimento social espontâneo. Os movimentos espontâneos, não possuem uma plataforma de luta, não têm um líder para organizar e levar a frente o movimento em busca de resolver os anseios das massas insufladas. Como foi o caso do "Ronco da Abelha" e o "Quebra-Quilos".

(1) "O Ronco da Abelha" foi um movimento que aconteceu entre dezembro de 1851 e janeiro de 1852. Onde os "matutos" (1) protestaram contra o decreto lei de 18 de junho de 1851, que passava para o estado o direito de fazer os registros de nascimentos e obitos que até então eram feitos pela igreja. Isso

(1) Adotamos o nome usado por Joffily. Mas não como termo pejorativo.

OUTROS MOTIVOS
 DEBIDA: CONFIAN-
 ÇAS NA SOCIEDADE,
 INFLUÊNCIA DA
 PRAIEIRA, ETC.

devido esse povo já ter uma vida inteira marcada pelo receio de se tornar escravo. Com esse decreto as pessoas livres passaram a se sentirem mais inseguras ainda, pois a possibilidade de fraude passou a marcar presença. Assim esses "matutos" uniram-se em um movimento social espontâneo, visando a derrubada desse decreto.

As Insurreições
 ES.

Essas insurreições no Nordeste se posicionavam, contra, leis, impostos, etc. Os participantes de uma insurreição voltam-se sempre contra quem está mais perto dos mesmos, como autoridades, comerciantes, enfim aqueles que muitas vezes são apenas executores ou até mesmo sofrem efeitos dos problemas. Mas TEM LIGAÇÕES COM OS RESPONSÁVEIS PELOS MESMOS.

02 - O SÉCULO XIX

O Nordeste durante o século XIX passa por uma série de rebeliões que de qualquer forma anunciava as mudanças, os desentendimentos sociais que se operavam na sociedade.

Esse século também representou uma profunda mudança na sociedade brasileira. Na primeira metade tivemos as mudanças políticas, como a independência da colônia, o período governado pelas regências e a formação do Estado Nacional. Enquanto que na segunda metade do século XIX as transformações, ficaram no campo econômico com o país atingindo um progresso material de grande expressão.

Apartir da segunda metade do século XIX o Brasil passa a sofrer sérias transformações, inclusive a mudança do seu eixo econômico. Nota-se claramente a mudança da hegemonia nordestina na economia nacional para São Paulo, com o florescimento da economia cafeeira que passava a ter uma grande acei-

(2) Difere de uma revolução por não visar mudanças de cunho estrutural.

tação no mercado europeu e nos Estados Unidos. Apartir daí o Nordeste passa a ter cada vez mais, menos poder nas decisões governamentais do país. Uma grande ajuda aos cafeicultores em relação ao aumento de suas terras foi a criação da lei de terra (3), que estabelecia que a terra apartir daquele momento, 1854, seria comprada e as que já estivessem na posse de alguem teria que ser registrada. Esse registro custavam muito caro, só tendo condições para isso os latifundiários, que assim passaram a tomar as terras dos pequenos proprietários uma vez que eles não tinham condições de registrar, ou, muitas vezes registravam terras alheias. Issa gerou uma grande espoliação rural.

Entre as mudanças sócio-econômica por que passou o Brasil apartir da segunda metade do século XIX, estar a questão da abolição do tráfico negreiro, que se deu em 1850.

A lei Eusébio de Queirós, foi quem oficializou as imposições feitas pela Inglaterra no sentido de acabar com o tráfico de escravos que vinha para o Brasil.

A Inglaterra que se encontrava em pleno desenvolvimento capitalista industrial, passa a ver nos escravos um grande entrave para a expanção do seu mercado de exportação uma vez que os escravos estavam marginalizados do consumo.

Através de um acordo entre Portugal e a Inglaterra, ainda em 1815, no Congresso de Viena, ficava proibido o tráfico de escravos ao norte do Equador. Em 1827, para que a Inglaterra reconhecesse a Independência do Brasil, o governo brasileiro aceita que seja extinto o tráfico negreiro para o Brasil. Mas para que isso acontecesse de fato, foi necessário que a Inglaterra fizesse sérias ameaças ao Brasil, inclusive ata

(3) 1954, Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras de voluntas por outro título que não seja o de compra. COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1850, TOMO 11, parte 1ª

cando navios brasileiros em nossas próprias costas marítimas sobre a acusação de que os mesmos estavam carregando escravos.

Somente em 1850 é que o tráfico de escravos é realmente proibido pelo parlamento brasileiro. Mesmo assim de forma clandestina continuaram entrando escravos no Brasil até 1854, mas de 1853 a 1854, a quantidade que entrou se torna totalmente desprezível, (devido a sua insignificância.)

A tabela abaixo nos mostra mais nitidamente o processo de entrada de escravos no Brasil, durante o período compreendido entre 1845 e 1852.

NÚMERO DE ESCRAVOS INTRODUZIDOS
NO PAÍS

1845	19453
1846	50325
1847	56172
1848	60000
1849	54000
1850	23000
1851	3278
1852	700

Fonte: Clavo Leonel Ferreira. HISTÓRIA do Brasil. São Paulo, Ática, 1978 pág. 215

Do ponto de vista regional, o Nordeste que teve como elemento principal na formação de sua sociedade a posse da terra; pois foi a partir delas que se estruturaram os principais grupos sociais.

A estrutura produtiva da cana-de-açúcar precisava de

grandes extensões de terras para poder ser produtiva. Isso gerou as doações nas sesmarias, responsáveis pela predominância dos latifúndios no Nordeste. A economia nordestina ficou bem caracterizada em cada zona fisiográfica: A Zona da Mata, ficou com a pecuária, o algodão e o fumo; enquanto que o sertão ficou com a pecuária extensiva de grande êxito. O Piauí e o Maranhão tiveram uma grande dedicação ao extrativismo vegetal e a pecuária. Não esquecendo que nas zonas, ao lado da economia característica desenvolveu-se também a pequena produção para o consumo.

A nível de Campina Grande, nós temos uma cidade que representa um importante centro comercial, de localização a grestina, ficando como eixo de ligação entre o sertão e o litoral. Nesse município a um predomínio de grandes e médias propriedades, que ocupavam-se da pecuária e da lavoura de subsistência (milho, feijão e mandioca). Aqui em Campina Grande havia uma predominância sobre os outros municípios com relação ao número de escravos.

Segundo Hamilton de Mattos Monteiro, as pequenas propriedades são poucas. Nas fontes de nosso conhecimento revelam que esta afirmativa precisa ser mais matizada, pois pequenas propriedades são muitas e dedicam-se geralmente à produção de gêneros alimentícios e, em alguns casos ao algodão. No Agreste, estas localizam-se nos chamados "Brejos", regiões mais elevadas e, portanto, beneficiadas, por um clima de maior umidade, e, no sertão normalmente nas regiões que margeiam os rios. Muitas vezes são tão pequenas, entre 5 e 10 hectares, que obrigam os agricultores a procurar trabalho adicional(4) .

(4) Monteiro, Hamilton de Mattos. Nordeste Insurgente. Pag.11

A presença do arrendatário foi bem marcante, ~~esses~~ ^{os} ~~se~~ ^{Arad} ocupavam da agricultura de gêneros alimentícios, na maioria ^{DATAR} dos casos. Os mesmos na Zona da Mata se ocupavam do cultivo da cana-de-açúcar, para fornecerem aos engenhos. Partindo para o Agreste e o Sertão, os arrendatários tinham como ocupação principal o algodão, uma vez que a pecuária ficava como atividade dos grandes proprietários.

Basicamente a alimentação comum das refeições nordestina, feijão, milho e mandioca, era plantada pelos foreiros ^{FOREIRO} e moradores, ^{MORADOR} conhecidos também como agregados. ^{AGREGADO} Normalmente os foreiros pagavam para usar a terra e não moravam na mesma, enquanto que os moradores ou agregados moravam nas fazendas, e tinham permissão para cultivar uma pequena área pertencente a fazenda. Normalmente a colheita dessa área plantada pelo morador era dividida com o dono da terra, ou seja, mantinha-se a relação de produção denominada de meia. ^{A MEIA} O que perdura até hoje. Estes foreiros, moradores ou agregados tinham péssimas condições de vida e trabalho. Os moradores ou agregados viviam nessas fazendas por favor, podendo ser postos a qualquer momento para fora, ou seja, viviam numa total instabilidade, inclusive ao ser expulso o morador agregado, perdia as benfeitorias e, inclusive, a roça. A vida desses seres estavam atreladas ao patrão e os mesmos não tinham oportunidade de opção.

O trabalho escravo foi de grande importância para a economia do Brasil durante o século XIX. Mas o mesmo sofria preconceito até por parte de quem as vezes viviam em condições piores do que o próprio escravo. Mas mesmo assim o homem livre na maioria muito pobre, tinha o orgulho ser livre e portanto valorizava muito essa "liberdade", pois era a única coisa que os mesmos possuíam, e conseqüentemente a única coisa que os distinguiam dos escravos.

A grande massa de escravos era quem formavam a força ^{do}

de trabalho nos engenhos do Nordeste, nas fazendas de café, do Vale do Paraíba e nos trabalhos domésticos do campo e da cidade. O tratamento que recebiam eram violentos e brutais, com exerção de poucos senhores menos violentos. Os castigos eram cruéis e o suicídio era comum entre os escravos. vestiam -se o mais pobre possível e sua alimentação reduzia-se a pe quenas porções de mandioca, farinha, feijão e arroz. Os negros que tinham melhores tratamentos eram aqueles que iam à rua para trabalhar ou acompanhar seus senhores. Em tais oca siões, eles se apresentavam limpos, bem vestidos e alimenta dos, pois sua aparência contribuía para determinar o grau de riqueza do senhor. Nesse sentido, não era raro um populoso proprietário vestir bem seus escravos. Mas este tratamento a parentemente generoso não chegava a encobrir as miseráveis, condições a que eram submetidos os escravos nas lavouras.

Os negros tinham direito a liberdade da seguinte for ma: servindo na guerra de independência, ser beneficiado no tratamento do seu senhor ou pagar uma soma em dinheiro.

Mesmo livre o negro era trat_{do} com muito preconcei to pela sociedade. Os negros eram dificultados de entrar tan to na Igreja como na Tropa.

O fim do tráfico escravos gerou toda uma mudança na economia brasileira, pelo menos a longo prazo, pois os donos de escravos tinha consciência de que mais cedo ou mais tarde teiram que mudar para a mão-de-obra assalariada. Dessa forma, como a ecomômia nordestina estava em declínio, passou-se a vender escravos para o sul uma vez que lá o preço do escravo havia aumentado muito a partir da extensão do tráfico. Essa transferência de escravos do nordeste para o sul justifica o porquê desses quarenta anos de escravidão mesmo após a proi bição da entrada de escravos no país.

*A tabela a seguir nos mostra nos mostra a estatistí ca da população livre e escrava da província paraibana, por mu

A DISCREPÂNCIA
DE TRATAMEN-
TO PARA OS
CAVOS DO CAM-
PO E PARA OS
DA CIDADE:
ESTE ERA ME-
NOS VIOLENTA-
DOS.

500's
ESCRAVOS
ERA
QUE
ROBOLA
FUGIA

O TRA
INTOX
DE ESC

nicípios e freguesias - 1851.

Essa tabela também nos mostra que a vila de Campina Grande tinha um maior número de escravos do que os outros municípios da província.

COMAR- CA	Nº DE FREGUESIAS	FREGUESIAS	LIVRES	ESCRAVOS	%
PRIMEIRA	01	Cidade da Parahyba	7.647	1.387	
	02	P. da Jacóca	2.396	298	
	03	P. do Livramento	3.580	518	
	04	P. de Santa Rita	4.560	1.309	
	05	Villa de Alhandra -	3.627	518	
	06	P. da Taquara	2.881	361	
	07	Villa do Pilar -	3.358	740	
	08	P. do Taipú	3.891	1.242	
	09	V. de Mamanguape -	8.213	2.150	
	10	P. da Baía da Traição	2.836	245	
SEGUNDA	11	Cidade de Areia -	18.540	2.012	
	12	Villa do Ingá -	8.316	693	
	13	Villa de Cabaceiras	3.742	662	
	14	P. de Natuba	1.244	179	
	15	V. de Alagoa Nova -	5.951	1.024	
	16	Villa de Bananeiras	20.667	1.535	
	17	P. do Cuité	6.299	250	
	18	V. da Independência	12.291	1.246	
	19	Villa de Campina -	14.449	3.446	±24%
	20	Villa de S. João	9.455	1.529	
TERCEIRA	21	Villa Pombal	3.992	918	
	22	Villa Catolé	6.135	1.108	
	23	Villa Piancó	7.894	997	
	24	Villa Patos	4.406	660	
	25	Vila Souza	14.109	3.446	
		Somma	180.479	28.473	15%

Extraído de PINTO, Irineu Ferreira.

Datas e Notas para a História da Paraíba Vol. 2

Ed. Universitária / UFPB João Pessoa - 1977 *

* No dia 03 de julho de 1851 toma posse na Presidência da Província Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque.

(O que isso tem a haver com o movimento? Trouxe alguma mudança política? Econômica? Social?)

03 - O "RONCO DA ABELHA"

O movimento do "Ronco da Abelha" teve como causa principal, a revolta contra o decreto imperial de 18 de junho de 1851, que regulamentava a lei de 06 de setembro de 1850. Esse decreto-lei passava para a responsabilidade do Estado registro de nascimento e óbito, que até então tinha sido feita pela Igreja, sem ter sofrido nenhuma contestação. Diante disso nós temos pela primeira vez um ato do Estado contra Igreja Católica, que com sua hegemonia, detinha no Brasil essa fonte tão importante até mesmo para o controle de seus fiéis. O registro de nascimento servia como certidão de idade para todos os fiéis e como comprovante de filiação e se o indivíduo era livre ou escravo.

Com isso dá para observar que o domínio da Igreja Católica no Brasil não se restringia apenas ao ideológico, mas se estendia inclusive ao poder jurídico.

(Com essa medida tomada pelo estado, os registros de nascimento e óbitos passariam a ser feitos nos livros dos cartórios, a cargo dos escrivães dos juízos de paz dos respectivos distritos.)

Os registros de casamento só vieram entrar nesse processo bem mais tarde, com o Decreto republicano de 24 de janeiro de 1890. Isso talvez devido a polêmica que gerou o Decreto referente aos registros de nascimentos e óbitos,

O PROJETO
ENTREBUIA-
DO DO IM-
PÉRIO DE
- SÉ COM
SORDA.

A REU
CONTR
LET DO
NASCIM
TOS E
TOS DE
06/1850
PASSA
O EST
(EM FO
SAD),
QUAL O
VO DE
FCA,

O PO
DA SOR

A LEI

Quem é
Pereira?

Hamilton de Mattos Monteiro coloca que esses Decretos 797 e 798, estabelecia também um censo geral da população do Império. O autor afirma que a "plebe" clamava contra a "declaração da escravidão". Espalhou-se a notícia de que esses decretos visavam à escravizar a todos os recém-nascidos e aqueles batizados nas formalidades prescritas por aquela lei" que fazia parte de um plano geral para reduzir "a escravidão as pessoas livres" e para enfim, "reduzir à escravidão a gente de cor(5).

Essa afirmação se reforça com ~~os~~ artigos que foram baixados por esse decreto, que fornecia o devido respeito para que ~~podesse~~ haver fraude na elaboração desses registros.

Os artigos eram:

"Art. 7º - São obrigados a fazer a participação do nascimento:... §4º - O senhor do escravo recém-nascido ou o administrador da casa, fazenda, ou qualquer estabelecimento, rural, ou pessoa por eles autorizada...

Art. 8º, §2º - Se for escravo o recém-nascido, será declarado o nome do senhor..."(6)

Analisando esses artigos observa-se o quanto o caminho ficava aberto para as fraudes no sentido de se escravizar pessoas livres.

Diz Joffily que:

"essa população serrana, ignorante e inuída de prejuízos, rebelou-se contra a lei censitária, em 1852, que chamaram "lei do cativo", movimento que ficou conhecido na crônica local pelo nome de "Ronco da Abelha"(7)

(5) Monteiro, Hamilton de Mattos, Nordeste Insurgente, Pag.37

(6) JOFFILY, Geraldo Irinéu - O Quebra Quilos - A Revolta dos Matutos contra os Doutores.

(7) Idem

Na verdade os "Matutos" da Serra da Borborema rebelaram-se contra essa política de controle burocrático do Império, mas sem consciência desse fato, por os mesmos temiam apenas os perigos que essa nova lei os impunha.

É importante analisar como esses "Matutos" conseguiram notar que esse decreto vinha colocar em risco a sua liberdade. Em primeiro lugar, nós temos que ver que essa população já vivia em um clima de bastante insegurança com relação a esse problema de liberdade. Esses "Matutos" constituíam uma população sofrida e renegada a uma pobreza bastante significativa, de maneira que eles só tinham mesmo a "liberdade", ou seja o privilégio de não serem escravos. É importante salientar que o tráfico de escravos tinha sido extinto em 1850, o que gerava a partir desse ano uma elevação do preço do escravo, e portanto bem mais lucrativo tornar um homem livre em escravo, e o nordeste que estava com sua economia em crise, passa a ser fornecedor de escravos para o sul do país, (supondo-se inclusive que havia nas chapadas da Serra da Borborema e nos brejos fazendeiros e donos de engenho que faziam criação de escravo com a finalidade de comercializá-lo, mas isso fica no campo da suposição por não haver uma comprovação científica do fato). Mas tudo isso leva a possibilidade de que os "Matutos" tivessem conhecimento desses fatos e tivessem visto por si só no novo decreto o problema da possibilidade de se tornarem escravos.

A PARTICIPAÇÃO DAS IGREJAS.
Em segundo lugar, temos a possibilidade dos padres que não se conformaram que a igreja tivesse perdido a condição de fornecedora dos registros de nascimento e óbito, passasse a mostrar aos "Matutos" o perigo desse ~~desse~~ decreto no sentido de que eles se tornassem escravos, criando neles essa consciência, para poder usar os "Matutos" no sentido de que esse decreto fosse revogado e a igreja pudesse continuar exercendo as funções que havia perdido.

"Alguns párocos imaginando ou fantasiando prejuízos."

que da execução do decreto lhes devem resultar, consentem e se não aprovam, essas disposições hostis à lei..." (apud Monteiro, 1980: 124)(7)

Em terceiro lugar, Hamilton de Mattos coloca que esse movimento poderia ter sofrido influência do movimento da praieira. Isso devido ao fato de que no interior do movimento, segundo ele, estaria a participação da oposição dos radicais da praia.(8)

"Os conspiradores continuam a fazer reuniões em seus engenhos e a proclamar que tomem as armas se não querem ficar reduzidos com seus filhos ao cativoiro e que o Partido Liberal é oposto a esse decreto e está pronto a defendê-lo" (apud Monteiro, 1980: 125).(9)

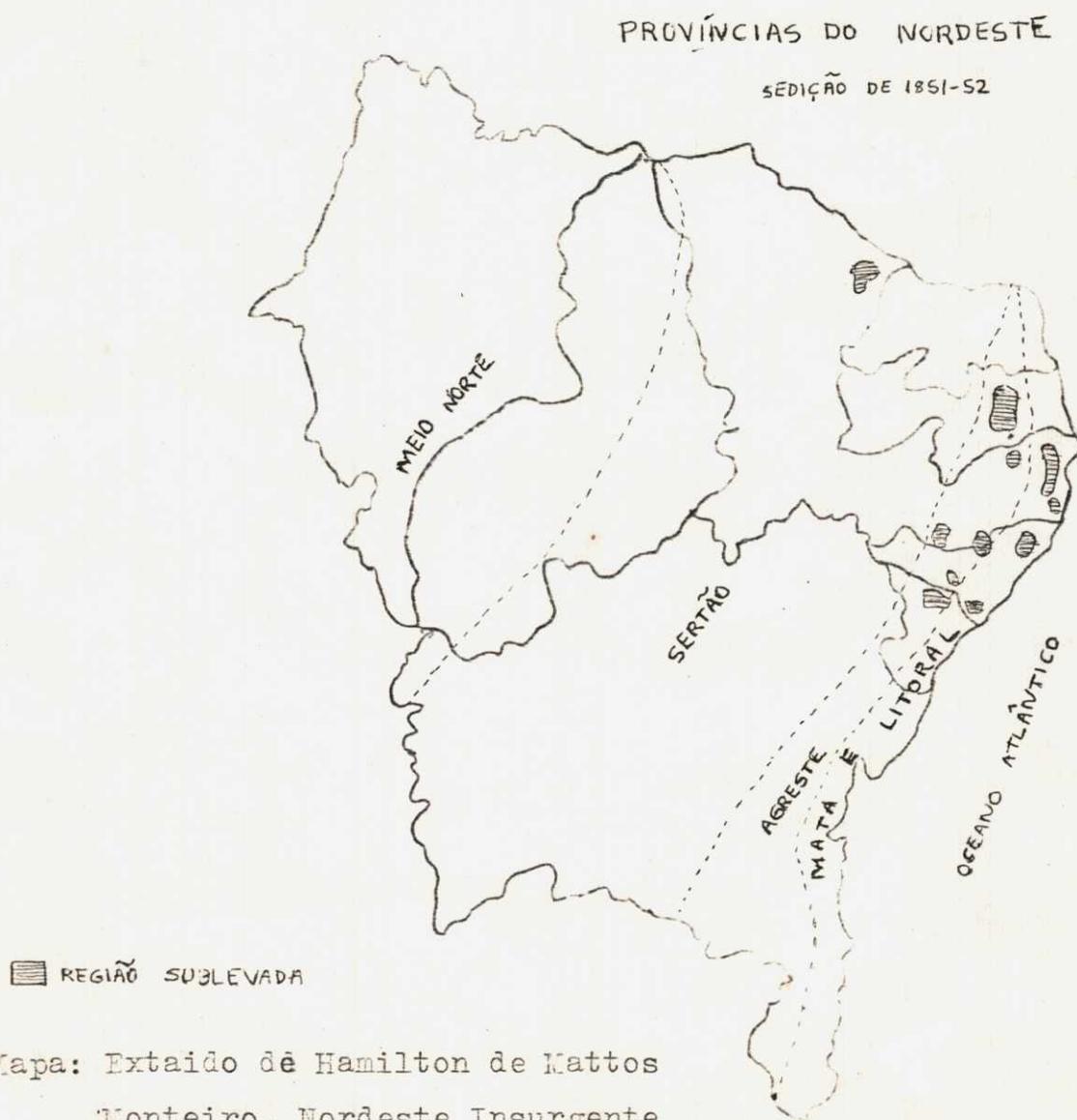
Mas o que se deve levar em consideração, é que esses "Matutos" vinham em um clima de bastante insegurança, onde o medo de se tornar escravo era uma constante no meio deles. Por tanto quando o decreto foi colocado em ação, se fez valer a questão da psicologia de massa ou seja, levantou-se todo um movimento contra esse decreto, que para eles era o mecanismo que iria confirmar o fato que eles tanto temiam, que era a escravidão.

Esse movimento atingiu cinco estados nordestinos sendo eles: Pernambuco, Paraíba, Ceará, Sergipe e Alagoas.

Mas se foi no estado de Pernambuco onde esse movimento mais se aguçou, tanto devido ao números de grupos que se armou, como por serem mais numerosas o número de freguesias e os termos em que elasse manifestou. (6 POR TER SIDO ONDE OCORREU A PESQUISA)

O movimento abrangeu as seguintes localidades: Em Pernambuco, foi em Pau D'Alho, Limoeiro, Nazaré, Goiana, Vitória, Garanhuns, Rio Formoso, Igarapu e as freguesias de Ipojuca, Jaboatão, São Lourenço e Muribeca. Na Paraíba foram envolvidas as vilas de Ingá, Campina Grande, Alagoa Nova, Alagoa Grande.

Em Alagoas, as localidades de Lage do Canhoto, Mundaú-Mirrim, Porto Calvo, Porto de pedras, Riachão, Arrasto, Juçara, Jacuípe, São Braz, Salomé e Barra Grande, além dos moradores das matas de Cocal e Angelim. No Ceará e Sergipe a sedição limitou-se às localidades, respectivamente de Jiqui e Porto da Folha.



Mapa: Extraído de Hamilton de Mattos Monteiro. Nordeste Insurgente (1850-1890). Pag. 35.

(7) Monteiro, Hamilton de Mattos, Nordeste Insurgente.

(8) ídem

(9) ídem

Esse movimento teve em todos os ^{lugares} pontos, bastante seme-
lhança. Sempre ocorria ataques as vilas e engenhos, fuga de
autoridades e grandes proprietários, ameaças e reuniões suspei-
tas feita por conspiradores que, dentro dos engenhos, incita-
vam os moradores "a tomarem das armas se não querem ficar redu-
zidos com seus filhos ao cativeiro".(10)

Esse movimento era composto pelo povo pobre, principal-
mente moradores e jornaleiros. OS CO
PONENTE

Em Pernambuco esse movimento ganhou o nome de " Movi-
mento dos maribondos". Quando se espalhou pelas vilas e povoa-
ções serranas da Paraíba, atingiu uma maior força e ganhou o
nome de "Ronco da Abelha".

Na Paraíba o movimento eclodiu quase ao mesmo tempo
nas feiras de Alagoa Grande, Guarabira, Areia, Araruna, Ingá,
Fagundes, Campina Grande e Alagoa Nova. E ai se faz importan-
te destacar o (importante) papel das feiras, onde as pessoas
compram ou vendem algum produto e aproveitavam para conversar,
surgindo a propagação das notícias através dos vendedores de
farinha ou rapadura, que dispunham de tropas de animais orga-
nizadas para correr várias feiras. A GEL
DO MO
MENTE
AS FEI

As notícias de que alguns meninos já tinham sido re-
gistrados arbitrariamente, fazia com que o assunto o mesmo
nas feiras dos brejos e chapadas da Borborema, na primeira se-
mana de fevereiro ^(?) de 1852, data oficial da rebelião contra a
lei dos registros na Paraíba.

Geralmente os grupos ficavam em frente aos cartórios
e exigiam os livros de registros para que os padres verificas-
sem o que eles chamavam de "papel da escravidão". Esses grupos
contavam com 300 e 600 "matutos" armados de cacetetes. OS GE
REVDL
300,0
MHS,
MENS
MADO
VADEN
TORPO
ATRAS
LIVRO
ESCRVA

O movimento foi se fortalecendo, chegando a se domi-
nar os policiais em algumas localidades e em outras conseguin-

(10) ídem

do os esclarecimentos exigidos. O movimento decorreu sem que houvesse prejuízos materiais ou ferimentos graves, somente na vila de Ingá, o cartório foi arrombado, devido ter havido recusa quanto entregar os livros. O delegado procurou reagir, mas teve que fugir em seguida.

O jornal Argos Paraibano de 26 de fevereiro de 1852, descreve o movimento do "matutos" e assim conclui:

"O regulamento acerca dos nascimentos e óbitos não tem, em verdade, o fim que lhe há atribuído a ignorância e crueldade popular, mas é inegada que ele não pode ser de forma alguma executada sem graves inconvenientes."(11)

Na época era presidente da província da Paraíba o Pernambuco Antonio Coelho de Sá Albuquerque.

Segundo alguns historiadores, foi um homem de grandes méritos, destacando-se na tentativa de trazer inovações para a Paraíba.

No caso do "Ronco da Abelha", Sá de Albuquerque faz uma análise onde ele demonstra claramente que tentou reprimir o movimento através do policiamento e tenta explicar o porquê desses movimentos. Para um melhor esclarecimento a respeito posição do mesmo se faz necessário apresentar essa análise.

"Espalhou-se a idéia de que a finalidade do registro era o cativoiro dos homens de cor ((diz Sá Albuquerque)), e em alguns espíritos fracos subiu à altura do fanatismo. Nos primeiros dias tive comunicação de que na província de Pernambuco o povo armado opunha resistência a execução do dito decreto, cometendo em seu destino atrocidades contra homens pacíficos, desobedecendo formalmente as autoridades e praticando atos de loucura e selvageria.

Poucos dias depois chegaram-me comunicações oficiais

(11) Datas e notas para a História da Paraíba, Vol.2, Pág 210.

de que nas vilas de Ingá, Campina Grande, Alagoa Nova e Alagoa Grande, o povo, desrespeitando as autoridades, cometia de satinos. Naturalmente ~~o~~ amigo do povo e mais condoido de seu erro de que desejoso de sua perseguição e martirio, mandei instruções às diferntes autoridades no sentido de ser destituído esse fatal prejuízo com um emprego de meios brandos de suasõrios.

"Infelizmente, porém, em alguns lugares o emprego des ses meios não foi suficiente e as autoridades, interpretando as instruções que lhes trasmiti, fizeram uso moderado e prudente dos meios de força e conseguiram restabelecer a ordem pública já gravemente alterada.

"Na vila do Ingá a casa do delegado e de outros distintos cidadãos amigos do governo foram invadidas por bandos de amotinados. Por minha ordem e munido de instruções convenientes, o digno juiz de direito da comarca dirigiu-se àque la vila e fez serviços de grandes méritos. Deixou a popula ção daquele lugar quieta; mas as idéias da época eram de inquietação e as promessas de sossego foram depois de poucos dias esquecidas.

"Então fiz partir desta capital para lá o Chefe de Policia com um destacamento de 20 praças de polícia e 50 solda dos de linha" (utilizando animais apreendidos aos pobres matutos, esclarece o Argos Paraibano) "ao mando do valente militar o major do exercíto Antonio de Deus Costa, A presença do circunspecto magistrado encarregado da polícia apoiada na força pública, foi muito benéfica naqueles lugares; prontamendebandaram-se os grupos e o termo entrou nas vias ordinárias de tranquilidade e de paz.

Em Campina Grande apareceram disturbios em algumas vilas, mas as autoridades ostentava^m o seu caráter público e coadjuvando-se reciprocamente, conseguiram chamar o povo à obediência, perdando-lhe esses desvarios, que não tinham a

feição de crimes individuais.

"Pelo estudo que fiz dos acontecimentos, pelas informações oficiais e extra-oficiais que colhi no meu gabinete e nos próprios lugares que ultimamente visitei (continua Sá Albuquerque), estou convencido de que os movimentos populares nesta província não foram o resultado de um plano político anteriormente concebido e meditado e calculadamente executado.

"Se é certo que homens oposicionistas apareceram no número dos amontilhados, ou estiveram em perfeita relação com eles, se é ainda certo que quase na totalidade os iludidos e fanáticos aceitavam docês a ascendência dos homens da oposição, não é também menos certo que os homens mais distintos e considerados, que representavam a oposição, reprovaram ostensivamente esses excitamentos, embora no remaso de seus gabinetes e com seus amigos folgassem com os embaraços do governo.

"Crer que o preconceito não viveu vigorosamente no espírito do povo é recusar a verdade dos fatos; acreditar também que não havia da parte de certos homens interesse em conservar o povo nesse erro, interesse que pôs termos ao temor da perseguição, é imbecilidade... Eis como explico a origem desses movimentos⁽¹²⁾.

Na realidade apesar de toda repressão ao movimento, não se chegou a ter uma luta de fato entre as forças governamentais e os sediciosos. A experiência mostrou que só havia uma forma de conter as revoltosos, ou seja, suspender o decreto-Lei pelo qual os "matutos" tanto tinham aversão.

No dia 29 de janeiro de 1852, através de Decreto-Lei 307, o governo suspende a execução dos registros de nascimento e óbitos, e do censo geral, como única forma de conter esse movimento,

(12) ídem

Essa vitória conseguida pelos "matutos" representou uma grande conquista pois mostrou uma grande força por parte dos mesmos, uma vez que eles conseguiram suspender um decreto que só voltou a funcionar com a instalação da República, dentro de um outro sistema político.

III- CONCLUSÃO

Esse movimento denominado "Ronco da Abelha" teve como pano de fundo o Decreto-lei de 18 de junho de 1851, que ^(ou a PARTICULARES?) passava para o Estado o direito de fazer o registro de nascimento e óbito que antes eram feitos pela igreja sem sofrer contestação.

Com o clima de insegurança em que viviam os "matutos" com relação ao perigo de se tornarem escravos, esse decreto "não poderia ter sido recebido de outra forma por parte dos "matutos", se não como um mecanismo para viabilizar a escravidão para os mesmos. Com isso o movimento eclodiu se caracterizando como um movimento espontâneo visando a derrubada desse decreto.

Para o "matuto" esse decreto não passava de um mecanismo que iria confirmar a escravidão para os homens livres. Dessa forma iria se concretizar o medo que esses matutos tinham como constante nas suas vidas.

Diante de toda movimentação a psicologia de massa forneceu respaldo para que os matutos ^{se} unissem-se em uma contestação para atingir esse objetivo.

Diante do fortalecimento do movimento o decreto terminou sendo revogado ficando o movimento vitorioso. A participação da Igreja se constitui nun elemento que levou a vitória do movimento, pois esses movimentos de Insurreição que alguns historiadores chamam a "história dos vencidos", nunca conseguem vencer por eles mesmo. Isso devido ao clima de desorganização, a falta de base, a desestruturação que não permite a esses movimentos ter um caráter de maior firmeza para se gerir sozinho.

O Nordeste durante o século XIX foi palco de muitas Insurreições como: Cabanagem, Balaiada, Sabinada, Quebra-Quilos Praieira, Ronco da Abelha etc.